



**ILUSTRÍSSIMO(A) PREGOEIRO(A) DA COMPANHIA DE SANEAMENTO
MUNICIPAL – CESAMA DE JUIZ DE FORA-MG**

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 0011/2025

JAMSE GESTAO E TECNOLOGIA LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 40.810.790/0001-95, sediada a Rua Inácio Lustosa nº 241, conj. 03, 2º Andar, São Francisco, Curitiba-PR, CEP 80510-000, através do seu sócio administrador ao final assinado, na forma de seu contrato social, vem à presença de Vossa Senhoria, apresentar **CONTRARRAZÕES** ao Recurso Administrativo interposto pela empresa **BC GESTÃO DE SERVIÇOS**, nos termos a seguir.



1. SÍNTESE DO PREGÃO ELETRÔNICO

O Edital de Pregão Eletrônico nº 0011/2025 promovido pelo CESAMA, objetiva a *“contratação de empresa especializada em gerenciamento e controle de frota, compreendendo manutenções diversas, corretiva e preventiva, para a frota da CESAMA (motocicletas, automóveis, utilitários, caminhões, geradores, máquinas e equipamentos), com utilização de sistema integrado e informatizado, em tempo real (real time) permitindo a transmissão de dados da movimentação diária por software via internet”*.

A JAMSE, com lance final de -10,00% de taxa de administração, apresentou a sua proposta final, composição de custos e exequibilidade e documentos de habilitação. Após análise e julgamento, sua proposta foi aceita e classificada, bem como foi declarada habilitada.

Irresignada, a empresa **BC GESTÃO DE SERVIÇOS** apresentou intenção recursal em face da proposta e habilitação da empresa Recorrida.

Conforme adiante será exposto, as razões de recurso apresentadas pela Recorrente são insuficientes para modificar as decisões de classificação e habilitação proferidas pelo(a) Pregoeiro(a), que deverão ser mantidas em sua integralidade.



2. DAS RAZÕES PARA DESPROVIMENTO DO RECURSO.

2.1. DA EXEQUIBILIDADE DA PROPOSTA. VALORES COMPATÍVEIS COM O MERCADO E DEMAIS PROPOSTAS DOS LICITANTES.

A Recorrente alega que, supostamente, a Recorrida teria encaminhado proposta inexecutável sem, entretanto, apresentar razões ou provas que sustentariam referida alegação.

A Recorrente apresenta alegações genéricas e insuficientes para reformar as decisões de classificação e habilitação proferidas. Se limita a alegar que o percentual de desconto ofertado pela arrematante não ofereceria qualquer possibilidade de lucratividade, considerando a realidade do mercado” e que a JAMSE apenas poderia auferir algum lucro com a proposta apresentada, caso os valores recebidos antecipadamente fossem aplicados no mercado financeiro.

A Recorrente não comprova a desconformidade das proposta com os valores de mercado ou apresenta os motivos pelo qual haveria indícios de inviabilidade do desconto proposto.

Ademais, verifica-se pelo ranking da licitação (abaixo), que a primeira colocada apresentou lance final de desconto (taxa de administração) superior a 54,00%. A recorrida, posicionada em 10º lugar, ofertou uma taxa de -10,00%.

Causa espanto as alegações da recorrente, uma vez que a mesma apresentou maior desconto na disputa do que a recorrida, com uma

taxa de administração de -10,51%. Ora, qual esta lógica da recorrrrent? O seu desconto não é inexequível, mas alega que o da recorrida é.

30.677.164/0001-19 ME/EPP Desclassificada	CEGONHA SOLUCOES LTDA BA	Valor ofertado (unitário) Valor negociado (unitário)	R\$ 397.270,0000 -
25.165.749/0001-10 Programa de integridade Desclassificada	NEO CONSULTORIA E ADMINISTRACAO ... SP	Valor ofertado (unitário) Valor negociado (unitário)	R\$ 397.279,0000 -
47.611.398/0001-66 ME/EPP Desclassificada	INSTASOLUTIONS PRODUTOS E GESTA... SP	Valor ofertado (unitário) Valor negociado (unitário)	R\$ 528.000,0000 -
51.679.014/0001-14 ME/EPP Desclassificada	VALOR GESTAO E SERVICOS TECNOLO... MT	Valor ofertado (unitário) Valor negociado (unitário)	R\$ 529.496,2200 -
43.091.320/0001-07 Programa de integridade Desclassificada	HALF BENEFICIOS LTDA GO	Valor ofertado (unitário) Valor negociado (unitário)	R\$ 574.578,4800 -
03.817.702/0001-50 Programa de integridade Desclassificada	VOLUS INSTITUICAO DE PAGAMENTO L... GO	Valor ofertado (unitário) Valor negociado (unitário)	R\$ 604.687,6600 -
08.009.135/0001-20 ME/EPP Programa de integridade Desclassificada	RODAR COMERCIO E SERVICOS LTDA MG	Valor ofertado (unitário) Valor negociado (unitário)	R\$ 608.611,2588 -
32.282.596/0001-56 ME/EPP Programa de integridade Desclassificada	UAIAG ADMINISTRADORA DE CONVEN... MG	Valor ofertado (unitário) Valor negociado (unitário)	R\$ 734.263,0000 -
42.420.756/0001-30 ME/EPP Programa de integridade Desclassificada	BC GESTAO DE SERVICOS LTDA SC	Valor ofertado (unitário) Valor negociado (unitário)	R\$ 773.049,9700 -
40.810.790/0001-95 ME/EPP Aceita e habilitada	JAMSE GESTAO E TECNOLOGIA LTDA PR	Valor ofertado (unitário) Valor negociado (unitário)	R\$ 777.455,5600 -

Conforme Acórdão nº 1161/2014 – Plenário do TCU, a desclassificação de proposta por inexecuibilidade deve ser objetivamente demonstrada, a partir de critérios previamente publicados, bem como deverá ser franqueada a oportunidade de cada licitante defender a respectiva proposta e demonstrar a sua capacidade de executar os serviços, nos termos e condições exigidos pelo instrumento convocatório.

Ou seja, para além da necessidade de demonstração clara



das razões de inexecutabilidade da proposta, caso o Pregoeiro compreendesse pela possibilidade de inexecutabilidade (o que não se espera, já que o valor se encontra alinhado com os custos de mercado), nos termos da Súmula nº 262 do TCU, a Administração deve dar à licitante a oportunidade de demonstrar a executabilidade da proposta, o que foi diligenciado pelo pregoeiro, oportunizando a recorrida o envio de sua composição de custos e comprovação de executabilidade.

De acordo com o disposto do art. 34 da IN-Seges 73/2022:

Art. 34. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexecutabilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

Parágrafo único. A inexecutabilidade, na hipótese de que trata o **caput**, só será considerada após diligência do agente de contratação ou da comissão de contratação, quando o substituir, que comprove:

- I - que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e
- II - inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

A taxa administrativa (TA), é aquela que, quando positiva, é cobrada pela contratada à Administração Pública, e, quando negativa, se concede desconto para Administração na aquisição das peças e serviços.

Já a taxa de credenciamento (TC), se refere ao percentual cobrado pela contratada de sua rede credenciada, ou seja, se trata da remuneração da gerenciadora obtida da sua rede credenciada.

Desta forma, as duas taxas são de natureza totalmente distintas. Uma se refere a desconto nas peças e serviços (TA negativa) e a outra a remuneração da gerenciadora (TC), não se confundindo entre si.

Obviamente a gerenciadora, na qualidade de intermediadora dos serviços e fornecimentos, neste modelo de quarteirização que se trata o objeto do edital, assume o compromisso perante a Administração, de conceder o desconto proposto em sua taxa administrativa.

Além do exposto, a taxa de administração proposta está dentro do praticado pelas gerenciadoras no mercado nacional por todo o Brasil, obedecendo aos princípios que regem o processo licitatório, como se pode verificar de uma pequena amostra abaixo colacionada:

PREGÃO	LICITANTE	DATA ABERTURA	TAXA DE ADMINISTRAÇÃO VENCEDORA	EMPRESA VENCEDORA
00006/2025	PREFEITURA MUNICIPAL DE NATUBA/PB	26/02/2025	-48,00%	HALF
90001/2025	CÂMARA MUNICIPAL DE URUÇUI/PI	28/03/2025	-49,06%	HALF
90009/2025	PREFEITURA MUNICIPAL DE SULINA - PR	28/03/2025	-49,03%	HALF
92007/2025	CONSORCIO PUBLICO DE SAUDE DA MICRORREGIÃO DE CRATO - CPSMC - CE	28/03/2025	-48,00%	PRIME
90001/2025	CÂMARA MUNICIPAL DE ANAPOLIS - GO	06/02/2025	-49,10%	PRIME
02/2025	EUCLIDES DA CUNHA PAULISTA - SP	07/02/2025	-44,05%	LINK
90009/2024	AGENCIA DE DEFESA AGROPECUARIA DO PARA	05/02/2025	-46,51%	QFROTAS
003/2025	MUNICIPIO DE ANDARAÍ/BA	26/02/2025	-45,10%	QFROTAS
006/2025	PREFEITURA MUNICIPAL DE JORDANIA - MG	12/03/2025	-47,01%	G2
002/2025 (0007/2025)	MUNICIPIO DE GUAPIAÇU - SP	24/03/2025	-49,00%	PRIME
011/2025	MUNICIPIO DE BARRA MANSÁ - RJ	10/04/2025	-52,00%	FORTE AUTO CENTER
034/2025 (987489)	MUNICIPIO DE CAPITÃO LEONIDAS MARQUES - PR	17/04/2025	-54,00%	HALF
006/2025	PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA NOVA - BA	28/04/2025	-50,42%	CEGONHA
013-2025 - PE	MUNICIPIO DE CHORO - CE	28/04/2025	-49,75%	PRIME
07/2025	MUNICIPIO DE VALE DE SÃO DOMINGOS - MT	15/05/2025	-55,01%	VALOR GESTÃO
010/2025	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - PREFEITURA DE JAGUARÉ - ES	08/05/2025	-53,00%	I3 SOLUÇÕES
013/2025	MUNICIPIO DE IBIA - MG	26/05/2025	-55,60%	VALOR GESTÃO
11/2025	CESAMA - JUIZ DE FORA	27/05/2025	-54,01%	CEGONHA

Deste modo e diante do exposto, deve ser mantida a decisão de classificação e habilitação da recorrida.

2.2. DA COMPROVAÇÃO DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA PELOS ATESTADOS APRESENTADOS. DOCUMENTO QUE COMPROVA A PRESTAÇÃO PRÉVIA DE SERVIÇOS COM OBJETO SIMILAR.

As alegações da Recorrente quanto à suposta inadequação dos atestados apresentados pela Recorrida e, conseqüentemente, quanto à ausência de comprovação da qualificação técnica da empresa não merecem prosperar.

Considerando o objeto da presente contratação, entende-se que o atestado apresentado pela Recorrida atende completamente à exigência do Edital.

O edital exige o seguinte para qualificação técnica das licitantes:

6.1.5 QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

a) Para a habilitação, a licitante deverá apresentar comprovação de aptidão para desempenho da atividade pertinente e compatível com o objeto licitado em valores, qualidade, quantidade e prazos etc. através de atestado(s) fornecido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, em nome da licitante;

Note-se que o edital não trás qualquer exigência específica de valor, quantidade ou prazo nos atestados. Pretende a licitante estender a interpretação do ato convocatório de forma ilegal e arbitrária, ignorando completamente o princípio da vinculação ao edital.



Os itens 5.1.1 e 5.1.2 2.12.3 do edital informa que o órgão possui uma frota de 75 veículos e equipamentos no total, entre frota própria e alugada.

Para o cumprimento da determinação editalícia, a Recorrida apresentou dois atestados de capacidade técnica, de contratos que ultrapassam o valor de **4 milhões de Reais**, de gerenciamento de manutenção de um total de **208 veículos**, com vigência de um ano cada, ou seja, os atestados apresentados são totalmente compatíveis com o objeto e quantitativo licitado pelo município.

A determinação da Lei de Licitações encontra-se compatível com o próprio propósito da “qualificação técnica” nas licitações, que consiste simplesmente em garantir que o licitante seja capaz de prestar os serviços a serem contratados. No caso em tela, a Recorrida comprovou a prestação anterior de serviços similares, capazes de demonstrar a capacidade técnica da empresa para execução dos serviços.

Com fulcro no art. 37, XXI da Constituição Federal, o processo de licitação pública só permitirá exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis para garantir o cumprimento das obrigações. Portanto, a fase de habilitação do certame limita-se à análise da aptidão dos licitantes em executar adequadamente o objeto da licitação, sendo ilegais as exigências que extrapolem tal finalidade.

Desta forma, as alegações apresentadas pela Recorrente de



que os atestados são genéricos e insuficientes são extremamente forçosas, até porque a recorrida detém os contratos, editais e termo de referência referentes aos atestados, onde constam todos os detalhes técnicos da contratação. Obviamente nenhum atestado de capacidade técnica contém todo o texto do termo de referência do edital e contrato que o originou. Trata-se de um documento resumido com as principais informações. A recorrente sabe disto, mas subestima a inteligência dos pregoeiros lançando mão de argumentos vazios.

No tocante a alegação da recorrente quanto a insuficiência do tempo de execução dos contratos que deram origem aos atestados, para atendimento a qualificação técnica do edital, também não procede. Isto porque o edital não prevê prazo mínimo nos atestados. A recorrente quer aplicar descumprimento de regra do edital que sequer foi prevista, ignorando deliberadamente, repita-se, o princípio da Vinculação ao Instrumento Convocatório.

A recorrente tenta subverter a Lei Geral de Licitações ao seu gosto, sustentando que a Orientação Normativa nº 06/2018 expedida pela CGU teria algum efeito vinculante a presente licitação ou até mesmo se sobrepusesse as regras da Lei Geral de Licitações, o que não se fundamenta.

Tal orientação normativa foi emitida pela CGU com intuito de padronizar os procedimentos de emissão de atestados **pelas áreas técnicas do Ministério da Transparência e Controladoria Geral da União-CGU, VINCULADOS À ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL.**



ORIENTAÇÃO NORMATIVA Nº 6, DE 24 DE SETEMBRO DE 2018

O DIRETOR DE GESTÃO INTERNA DA SECRETARIA EXECUTIVA DO MINISTÉRIO DA TRANSPARÊNCIA E CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO, no uso das suas atribuições conferidas pelo art. 107 do Regimento Interno, aprovado pela Portaria nº 677, de 10 de março de 2017, e, considerando as disposições estabelecidas na Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, na Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, na Instrução Normativa SEGES nº 05, de 26 de maio de 2017, bem como nos Acórdãos do Tribunal de Contas da União, resolve:

Art. 1º Esta Orientação Normativa objetiva padronizar os procedimentos para a emissão de Atestado de Capacidade Técnica pelas áreas técnicas do Ministério da Transparência e Controladoria-Geral da União - CGU, responsáveis pelo seu fornecimento.

Ou seja, esta orientação normativa é procedimento exclusivamente aplicado naquela seara federal específica, sendo bizarra a investida parlapatona da recorrente em tentar aplicar efeito erga omnes deste procedimento específico a órgãos diversos de outras esferas, ignorando a Lei de Licitações e o edital de licitação.

Nesse sentido, relevante o entendimento de Maria Sylvia Zanella Di Pietro:

O princípio da igualdade constitui um dos alicerces da licitação, na medida em que esta visa, não apenas permitir à Administração a escolha da melhor proposta, como também assegurar igualdade de direitos a todos os interessados em contratar. Esse princípio, que hoje está expresso no artigo 37, XXI, da Constituição, [...] o dispositivo deixa claro que o procedimento da licitação somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações. (Direito Administrativo. 35ª ed. Rio de Janeiro: Editora Forense, 2023.p. 414.)



Ainda, trata-se de lição enfrentada por Juarez Freitas:

Importa dizer que, no espírito da Lei Maior, a aptidão será aferida tão-somente no essencial, sendo que empecilhos sem sentido ou embaraçosos abusivos representam criminosas tentativas de frustrar a competitividade do certame, prejudicando o encontro da proposta mais vantajosa. (Estudos de Direito Administrativo, São Paulo: Malheiros, 1995, p. 164).

Ao analisar os atestados apresentados pela Recorrida, o(a) Ilmo(a). Pregoeiro(a) acertadamente constatou que a empresa demonstrou a capacidade técnica ao fornecer exemplos de experiência prévia em serviços de gerenciamento de frota.

Mais forçoso ainda é a tentativa mirabolante da recorrente, de alegar invalidade dos atestados apresentados, em razão de os mesmos serem decorrentes de contratos que, por sua vez tiveram origem de pregões que, por sua vez a recorrida atendeu a qualificação técnica com atestado expedido por pessoa jurídica de direito privado, que por sua vez a recorrente alegou à época que não era válido, o que foi afastado por aquele pregoeiro, confirmando o seu atendimento.

Tal raciocínio é surreal! O atestado a que ela se refere e discorre páginas e mais páginas em seu recurso sequer foi apresentado neste certame pela recorrente para comprovar sua qualificação técnica, e naqueles que foi apresentado e houve celebração de contratos, foi aceito por aqueles pregoeiros, pois legítimo.

Desta feita, sequer merece combater o mérito dos apontamentos da recorrente quanto ao atestado da recorrida emitido pela



empresa Ezco, já que não foi apresentado neste certame, ou seja, não foi objeto de comprovação de qualificação técnica, e por esta razão, não é objeto de julgamento.

A recorrente lança mão de argumentos apelativos em todas as licitações que a recorrida participa e vence, na tentativa de capturar pregoeiros despreparados.

Para que não restem dúvidas quanto ao total despropósito da recorrente, pede-se vênica para juntar decisão de concessão de medida liminar em sede de agravo de instrumento impetrado face o município de Tanque Novo-BA¹, onde houve o mesmo tipo de tentativa de indução (ilegal) do pregoeiro ao erro, devidamente corrigido pelo poder judiciário, *in verbis*:

Da análise detida do edital, verifica-se que não há qualquer exigência expressa quanto a prazo mínimo de execução dos contratos que originaram os atestados, percentual mínimo de cumprimento contratual, conclusão integral dos contratos para validade dos atestados ou período específico de prestação de serviços.

A decisão administrativa que inabilitou a agravante se fundamentou em interpretação extensiva do dispositivo editalício, exigindo execução por período prolongado e desconsiderando atestados que demonstrassem execução parcial dos contratos, ainda que em andamento. **Tal interpretação viola frontalmente o princípio da vinculação ao instrumento convocatório**, consagrado no

¹ Documento em anexo.

art. 5º da Lei nº 14.133/2021 e no art. 18, II, da mesma lei, segundo o qual tanto a Administração quanto os licitantes ficam adstritos aos termos do edital, **sendo vedada a introdução de exigências não previstas expressamente no instrumento convocatório.**

O princípio da vinculação ao edital constitui um dos pilares fundamentais do regime jurídico das licitações públicas, estabelecendo que o edital é a lei interna da licitação, vinculando tanto a Administração quanto os licitantes aos seus termos. Tal princípio visa garantir a isonomia entre os participantes e a transparência do procedimento licitatório, impedindo que a Administração altere as regras após a publicação do instrumento convocatório.

A jurisprudência é pacífica no sentido de que a Administração não pode criar, no curso do procedimento licitatório, exigências não previstas no edital, sob pena de violação dos princípios da vinculação ao instrumento convocatório e da isonomia.

Assim, evidencia-se que a conclusão do contrato não é obrigatória para a emissão de atestado de capacidade técnica, salvo previsão expressa no edital, o que não é o caso em tela.

Os atestados apresentados pela agravante demonstram contrato com a Prefeitura de Pirapora/MG no valor de R\$ 4.151.245,27 para gestão de 192 veículos e contrato com CORENRS no valor de R\$ 42.955,06 para gestão de 16 veículos, totalizando 208 veículos sob gestão, quantidade substancialmente superior aos 101 veículos da frota municipal objeto da licitação.

Os valores contratuais são superiores ao estimado no certame, demonstrando experiência em contratos de maior



vulto, havendo evidente compatibilidade técnica com o objeto licitado, qual seja, gerenciamento eletrônico de manutenção de frota.

A exclusão indevida da agravante do certame representa lesão ao direito constitucional de participar de licitações públicas, prejuízo financeiro irreparável considerando a perda da oportunidade de contratação, violação aos princípios da competitividade e isonomia nas licitações públicas e risco de consolidação de situação jurídica irreversível com a eventual homologação do certame.

Ante o exposto, ***defiro o pedido de atribuição de efeito suspensivo ao presente agravo de instrumento***, determinando, de logo, a suspensão dos efeitos da decisão agravada, para o fim específico de *assegurar à agravante JAMSE GESTÃO E TECNOLOGIA LTDA o direito de participar das demais etapas do Pregão Eletrônico nº 015/2025, promovido pelo Município de Tanque Novo/BA.*

Número: **8041312-28.2025.8.05.0000**

Classe: **AGRAVO DE INSTRUMENTO**

Órgão julgador colegiado: **Quinta Câmara Cível**

Diante do exposto, tem-se que as alegações da Recorrente são infundadas e não possuem o condão de deslegitimar as informações prestadas através dos atestados de capacidade técnica regularmente emitidos. O intuito da empresa é de, tão somente, tumultuar o processo licitatório com alegações rasas e falsas, que não modificam a demonstração da aptidão técnica da empresa participante.

Os pedidos de reforma da decisão que habilitou a empresa recorrida, comportam, para além em violação ao princípio da legalidade, em

violação ao princípio da vinculação ao instrumento convocatório.

Frise-se que a regularidade dos atos administrativos decorre do exercício em exata conformidade da lei, sendo evidente o vício de legalidade na inabilitação de empresa sem qualquer respaldo editalício ou legal.

Leciona Celso Antônio Bandeira de Mello que: *“O princípio da legalidade, no Brasil, significa que a Administração nada pode fazer senão o que a lei determina. Ao contrário dos particulares, os quais podem fazer tudo que a lei não proíbe, a Administração só pode fazer o que a lei antecipadamente autoriza.”*

No ordenamento jurídico pátrio há expressa previsão de necessidade de respeito ao princípio da legalidade nos atos administrativos:

Art. 37º, Constituição Federal: A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte”

Art. 5º, da Lei nº 14.133/21: Na aplicação desta Lei, serão observados os princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade, da eficiência, do interesse público, da probidade administrativa, da igualdade, do planejamento, da transparência, da eficácia, da segregação de funções, da motivação, da vinculação ao edital, do julgamento objetivo, da segurança jurídica, da razoabilidade, da competitividade, da proporcionalidade, da celeridade, da economicidade e do desenvolvimento nacional sustentável, assim como as disposições do Decreto Lei nº 4.657, de 4 de setembro de 1942 (Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro).

Posto isso, tem-se claro que a decisão de habilitação e

aceitação da proposta apresentada pela Recorrida, observou adequadamente a legislação e jurisprudência aplicáveis, bem como os princípios do processo licitatório, razão pela qual os Recursos Administrativos não comportam provimento.

2.3. DO HISTÓRICO DA RECORRENTE E SEU VÍNCULO COM A EMPRESA CARLETTTO, SEUS ASSOCIADOS, MODUS OPERANDI E INDÍCIOS DE PRÁTICAS REITERADAS DE CRIMES DE FRAUDES EM LICITAÇÕES.

A recorrente tem de forma reiterada lançado calúnias e difamações contra a recorrida, de forma irresponsável e inconsequente, medindo a atuação ilibada de uma empresa idônea com a sua “régua”, o que não será tolerado.

Diante de todo o exposto na presente contra razões, resta demonstrado que a recorrida atendeu plenamente ao edital com sua documentação, notadamente os seus atestados de capacidade técnica, afastando assim o despropósito da recorrente.

Neste sentido, cumpre-nos trazer ao conhecimento de Vossa Senhoria uma pequena amostra de forma muito resumida, do conjunto de irregularidades, sanções e crimes que pesam e ou são noticiados sobre as empresas CARLETTTO e BC GESTÃO, e seus sócios diretos e ocultos, bem como o vínculo entre as empresas. Tratam-se, estes sim, de fortíssimos indícios de que a empresa não atua de forma republicana no mercado de licitações.



1. WENCESLAU BRAZ-PR:

O primeiro atestado de capacidade técnica da BC GESTÃO, emitido pelo município de Wenceslau Bras, é decorrente de dispensa de licitação que possui indícios de realização exclusiva com o fim de direcionar o objeto à empresa.

Há indícios de que a criação da empresa BC GESTÃO se deu para continuar as atividades da empresa CARLETTO, que cumpria punição à época, estando impedida de contratar com a administração pública.

A empresa que prestava os serviços ao município anteriormente à contratação da BC GESTÃO era a própria CARLETTO, podendo caracterizar desvio da finalidade da dispensa licitatória e apontando para fraude que visava a manutenção da CARLETTO como contratada, através de vias inadequadas.

Tal manobra se daria em razão de que a empresa BC GESTÃO, a fim de substituir a empresa CARLETTO, cuja participação se tornou inviável após a punição administrativa, precisava obter um atestado de capacidade técnica, possibilitando-a comprovar a contratação por ente público, que é requisitada como documento de habilitação em certames diversos.

Considerando que a competitividade típica de disputa licitatória regular impediria a empresa de sagrar-se vencedora, a BC GESTÃO teria se utilizado da dispensa de licitação direcionada a fim de afastar eventuais concorrentes e garantir a contratação com o órgão.

Estranhamente, o atestado de capacidade foi emitido com urgência, ato contínuo após a assinatura do contrato, o que trás indícios de finalidade fraudulenta da contratação.



Nesse sentido, a dispensa de licitação realizada pela Prefeitura de Wenceslau Braz-PR teve como empresas participantes as empresas:

- 1) CARLETTO GESTÃO DE SERVIÇOS LTDA.
- 2) BC GESTÃO DE SERVIÇOS LTDA.
- 3) BRASIL PREDIAL SOLUÇÕES E SERVIÇOS LTDA.
- 4) 7SERV GESTÃO DE BENEFÍCIOS LTDA.

A CARLETTO era a empresa contratada pela Prefeitura de Wenceslau Braz para o gerenciamento da frota. Foi convidada para a dispensa, mas sequer participou.

A BC GESTÃO participou e venceu a dispensa, empresa com fortes indícios de pertencer ao grupo Carletto.

A BRASIL PREDIAL, empresa também com indícios de pertencer ao grupo da Carletto. A referida empresa (Brasil Predial) atua no ramo de gerenciamento de manutenção predial (imóveis) e se fez presente nesta dispensa de licitação que visava a contratação de empresa de gerenciamento de frota.

A 7SERV (4) por sua vez, atua no ramo de gerenciamento de frota, é sediada no estado do Ceará, porém participou de uma dispensa em município do lado oposto do país.

Há, portanto, fortíssimos indícios de fraude e conluio entre a Administração Pública e a empresa Carletto, que em razão do seu contrato, exerceu influência na Dispensa para que participassem as empresas BC GESTÃO e Brasil Predial e possivelmente também a 7Serv, de modo à permitir que a BC GESTÃO conseguisse executar o contrato e por consequência ter direito à emissão de um atestado de

capacidade técnica.

Tão estranho quanto esses fatos, é que a Municipalidade não convocou nenhuma outra empresa do ramo, dentre as dezenas que atuam no mercado nacional.

2. MUNICÍPIO DE CONTENDA-PR

Tal qual a empresa procedeu em Wenceslau Bras, suas atividades ilícitas não param apesar de todas investigações em curso. Recentemente e da mesma forma, tentou manejar uma licitação de gerenciamento de manutenção predial, em conluio com o município de Contenda-PR.

Este município, para “elaboração” do edital, cotou com as 3 empresas do mesmo grupo:

TABELA DE ORÇAMENTOS (*)

ITEM	BC FROTAS	BRASIL PREDIAL	CARLETO	MÉDIA
01	3,5%	3,0%	3,5%	3,33

Para obter a média foi realizado orçamentos de empresas do ramo e banco de preços, porem no site por se tratar de item específico não foi encontrado na plataforma.

A pesquisa de preços apresentada tem parâmetros de mercado, tendo em vista a necessidade da contratação de empresa especializada. A pesquisa foi efetuada junto a fornecedores do ramo pertinentes, via e-mail e poderão ser visualizadas no final do termo de referência.

Isto porque as 3 empresas em que foram realizadas as cotações fazem parte do mesmo grupo empresarial, e respondem a um sem número de processos sancionatórios e também por fraudes em licitações, especialmente no estado do Paraná, onde há investigação por parte do



Ministério Público e GAECO - Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado.

Diante da reputação e histórico de processos, chama a atenção o município de Contenda apanhar cotações justamente com estas 3 empresas, sobremaneira porque a empresa BC FROTAS sequer atua no segmento de manutenção predial.

Diante de flagrante fraude, o edital foi impugnado e o município naturalmente julgou pela improcedência da impugnação, atuando como verdadeiro advogado do grupo de empresas.

Em sede de mandado de segurança foi deferida liminar em 08/05/2025, para suspensão imediata do certame, diante da flagrante prática de fraude:

Observa-se que todos os dados acima levam à conclusão de que, de fato, foi indevida a consulta realizada pelo município de Contenda/PR, visto que se baseou em **orçamentos elaborados por empresas supostamente envolvidas em um grande e complexo esquema de fraude.**

Além disso, o fato da empresa CARLETTO GESTÃO DE FROTAS LTDA possuir um amplo histórico de superfaturamento em licitações, as quais foram sancionadas com declarações de inidoneidade, colocam em dúvida a estimativa do valor da contratação definida pelo contratante.

3- Diante do exposto, DEFIRO A LIMINAR, nos termos do artigo 7º, inciso III, da Lei nº 12.016/2009, para DETERMINAR a suspensão da abertura do certame, até o julgamento da presente demanda ou até que seja proferida decisão judicial em sentido contrário.

O município recorreu da decisão liminar, e em sede de Agravo de instrumento teve seu pedido indeferido, sendo mantida a decisão liminar, em 27/05/2025:

A parte agravante requereu o efeito ativo e, no mérito do recurso, o prosseguimento do Pregão Eletrônico nº 15/2025, a inadequação da via eleita, o desentranhamento das provas unilaterais.

2. INDEFIRO o pedido de antecipação dos efeitos da tutela recursal, pois, em cognição sumária, ausência da verossimilhança das alegações.

A uma, porque, aparentemente, é possível questionar a licitação por meio de mandado de segurança, desde que não haja a dilação probatória. A agravada juntou documentos junto com a inicial, a fim de demonstrar o direito líquido e certo.

A duas, porque **há indícios de ocorrência de fraude na licitação, envolvendo empresas do mesmo grupo empresarial, interligadas entre si, conforme especificou a decisão recorrida.**

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 55265-92.2025.8.16.0000

3. MUNICÍPIO DE CAMPESTRE-MG

Denúncia de superfaturamento. A Carletto foi declarada inidônea pelo Município de Campestre.

“TERMO DE DECLARAÇÃO DE INIDONEIDADE E PROIBIÇÃO DE LICITAÇÃO E CONTRATAÇÃO JUNTO À ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
Pregão Eletrônico nº 060/2021 O MUNICÍPIO DE CAMPESTRE, pessoa jurídica de direito público, inscrita sob o CNPJ nº 18.178.400/0001-57, sediada na Rua Coronel José Custódio, nº 84, Centro, na cidade de Campestre, Estado de Minas Gerais, vem por intermédio de seu Prefeito Municipal, Sr. MARCO ANTÔNIO MESSIAS FRANCO, brasileiro, casado, agente político, residente e domiciliado na Rua Maria Edir Ferreira nº 38, Bairro Nova Canaã, nesta cidade de Campestre/MG, portador do CPF nº 623.401.666-91 e da Cédula de Identidade nº SSP MG – 3.054.062, vêm por intermédio

do presente, **DECLARAR INIDÔNEA a empresa CARLETO GESTÃO DE FROTAS LTDA**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita sob o CNPJ nº 08.469.404/0001-30, sediada na Av. Francisco Campos, nº 849, Centro, no município de Dolores do Indaiá, Estado de Minas Gerais, em virtude do acatamento da denúncia protocolizada sob o Processo Administrativo nº 001/2022. Fica ainda a empresa acima mencionada proibida de contratar junto à Administração Pública Municipal pelo período de 02 (dois) anos, na forma do Art. 87, IV da Lei Federal nº 8.666/93. Prefeitura Municipal de Campestre, 11 de Maio de 2023 MARCO ANTÔNIO MESSIAS FRANCO - Prefeito Municipal”

4. SANEAR

Denúncia de superfaturamento. Decisão final de julgamento pela procedência da denúncia efetuada, conforme trecho a seguir transcrito:

“Como podemos verificar acima, restou demonstrado que assiste razão a empresa denunciante ao afirmar que o Sistema Informatizado via WEB não atendeu durante a execução contratual todas as exigências previstas no edital. Da mesma forma, que o valor da soma das Ordens de Serviços mensal correspondem ao valor líquido das Notas Fiscais Mensais emitidas, concluindo-se que a empresa CARLETO GESTÃO DE FROTA LTDA. não aplicava o deságio de 26,57% corretamente, que o desconto era aplicado sobre um valor “fictício” que ao final resultava no valor das Ordens de Serviços do mês sem aplicação do desconto contratado, assim, o SANEAR foi lesado em, no mínimo 26,57% do total de pagamentos realizados a empresa CARLETO GESTÃO DE FROTA LTDA., ou seja, um dano ao erário de R\$ 218.546,19 (duzentos e dezoito mil, quinhentos e quarenta e seis reais e dezenove centavos). Por todo o exposto, em virtude das irregularidades apuradas, entendo ser parcialmente

procedente a Denúncia ofertada pela empresa PRIMECONSULTORIA E ASSESSORIA EMPRESARIAL LTDA., devendo a mesma ser cientificada da apuração realizada e providências adotadas.” (Grifo nosso).

Diante disso, o SANEAR decidiu por aplicar à Carletto as sanções de suspensão temporária do direito de licitar e contratar com o SANEAR, pelo prazo de dois anos, e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com o SANEAR.

5. MC TRANS – MONTES CLAROS/MG

Denúncia por utilização de atestado falso em licitação, obtido da empresa **Asa Motors** à Carletto na época;



6. GUARIBA SP:

Carletto venceu a licitação porém perdeu o contrato após uma denúncia a respeito de superfaturamento nas ordens de serviços. A Prefeitura contratou uma empresa de auditoria e concluiu que de fato houve irregularidade na prestação dos serviços. Com isso, cancelaram o contrato e cobraram a dívida levantada pela auditoria da Carletto.

EMPRESAS COM PENALIDADES					
EMPRESA	CNPJ	PROCESSO	FUNDAMENTO	INÍCIO DA PUNIÇÃO	FIM DA PUNIÇÃO
CARLETTO GESTÃO DE FROTAS	08.469.404/0001-30	745/2021	Lei 10520 art. 7º	15/03/2023	14/03/2028
PREVINE INCÊNDIO - SERVIÇOS E COMÉRCIO LTDA - ME	14.211.330/0001-30	632/2021	Lei 8666 art. 78, I e II	31/05/2023	30/05/2025

CEIS IMPEDIMENTO/PROIBIÇÃO DE
CONTRATAR COM PRAZO DETERMINADO

Data de início da sanção Data de fim da sanção
15/03/2023 14/03/2028

Data de publicação da sanção Publicação Detalhamento do meio de Data do trânsito em julgado
02/03/2023 DIÁRIO OFICIAL DO publicação ..
MUNICÍPIO SEÇÃO 1 PAGINA 2

Número do processo Número do contrato Abrangência da sanção Observações
745/2021 159/2021 NO ÓRGÃO SANCIONADOR ACRESCIDADA DE MULTA LEGAL
E EDITALÍCIA DE 10% SOBRE O
VALOR TOTAL DOS SERVIÇOS
EFETIVAMENTE
EXECUTADOS, FATURADOS E
LIQUIDADOS.

Origem da Informação Data da Origem da
PREFEITURA MUNICIPAL DE Informação
GUARIBA - SP 24/05/2023

7. TRE-ES:

Aplicação de sanção de inidoneidade.

Número do processo Número do contrato Abrangência da sanção Observações
0004855-18.20216.08.8000 EM TODOS OS PODERES DA
ESFERA DO ÓRGÃO SANCIONADOR NEGADO PROVIMENTO AO
RECURSO ADMINISTRATIVO, À
UNANIMIDADE DE VOTOS,
PELOS MEMBROS DO
TRIBUNAL REGIONAL
ELEITORAL DO ESPÍRITO
SANTO, EM CONFORMIDADE
COM A ATA E CERTIDÃO DE
JULGAMENTO, EM
23/08/2023, PUBLICADO NO
DIÁRIO DA JUSTIÇA
ELETRÔNICO DO TRIBUNAL
REGIONAL ELEITORAL DO
ESPÍRITO SANTO Nº 161, ANO
2023, FLS. 2.

Origem da Informação Data da Origem da
TRIBUNAL REGIONAL Informação
ELEITORAL DO ESPÍRITO
SANTO (TRE-ES) 11/10/2023

8. MEDIANEIRA-PR:



“TERMO DE DECLARAÇÃO DE INIDONEIDADE E SUSPENSÃO DE PARTICIPAÇÃO EM LICITAÇÃO E IMPEDIMENTO DE CONTRATAR COM A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

REF.: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 101/2022

O Município de Medianeira/PR, pessoa jurídica de direito público, inscrita sob o CNPJ nº 76.206.481/0001-58, com sede a Avenida José Callegari, 647 - Bairro Ipê, Medianeira/PR, neste ato representado por Solange Aparecida de Lima, Secretária de Administração e Planejamento, **TORNA PÚBLICO** aos interessados que em conformidade com a Lei Federal nº 8.666/1993, por intermédio deste resolve, **DECLARAR INIDÔNEA** a empresa CARLETTO GESTÃO DE SERVIÇOS LTDA, pessoa jurídica de direito privado, devidamente inscrita no CNPJ nº 08.469.404/0001-

30, com sede a Av. Carlos Strassburger Filho, n. 5796, Industrial Norte, Campo Bom/RS, CEP: 93.700-000, em virtude do acatamento da denúncia protocolizada sob o nº 2.039/2023, e após apuração do devido processo legal, na forma do Processo Sancionatório nº 001/2023, assegurando o direito de ampla defesa e contraditório.

Fica ainda a empresa acima mencionada IMPEDIDA de contratar junto à Administração Pública, pelo período de 02 (dois) anos, conforme Art.87, IV da Lei Federal nº 8.666/93.

VIGÊNCIA: Os efeitos das sanções aplicadas a empresa CARLETTO GESTÃO DE SERVIÇOS LTDA perdurarão pelo período de 2 (dois) anos contados de sua publicação.

PUBLIQUE-SE e CUMPRA-SE.

LOCAL E DATA: Medianeira/PR, 13 de junho de 2023.

ASSINATURA: Solange Aparecida de Lima Secretária de Administração e Planejamento.”

9. DO VÍNCULO ENTRE AS EMPRESAS BC GESTÃO E CARLETTO

Verifica-se fortes indícios de que as empresas fazem parte do mesmo grupo econômico.

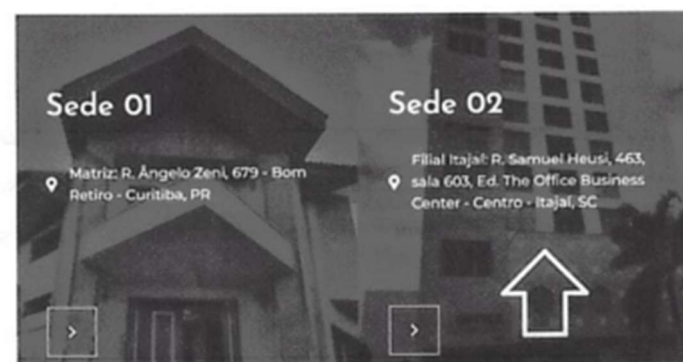
A sócia da empresa BC GESTÃO, Juliana Kely Maia, é conterrânea de Felipe Gloor Carletto, que por sua vez é filho de Fabrício



Rogério Carletto, suposto proprietário oculto de ambas empresas.

Muito embora ambas empresas possuam endereço de sua sede registrados em municípios e estados fora do Paraná, há indícios que ambas operam em Curitiba, no edifício The Office Business Center.

O endereço sede da empresa BC GESTÃO, em Itajaí-SC, em verdade se tratava do endereço do escritório de advocacia do procurador da CARLETTO, sr. Flávio Henrique Lopes Cordeiro.





**RAUEN, CORDEIRO
& YOUSSEF**

Advogados Associados

PROCURAÇÃO AD JUDICIA ET EXTRA

OUTORGANTE: CARLETTO GESTÃO DE FROTAS LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 08.469.404/0001-30, com sede na Rua Brigadeiro Arthur Carlos Peralta, 277 – Sala 5 – Bom Jesus, Cidade de São José dos Pinhais, Estado do Paraná, neste ato representada por seu sócio administrador, FELIPE GLOOR CARLETTO, brasileiro, solteiro, empresário, portador do RG 12.492.430-8 e CPF n. 076.079.059-1.

OUTORGADOS: FLAVIO HENRIQUE LOPES CORDEIRO, brasileiro, advogado, inscrito no CPF: 062.065.549-61, inscrito na OAB/PR N.º 75.860, TAISE RAUEN, brasileira, advogada, inscrita no CPF nº 086.788.889-03, inscrita na OAB/PR nº 80.485 e JENNIFER FRIGERI YOUSSEF, brasileira, advogada, inscrita no CPF/MF sob o nº 048.340.069-64 e na OAB/PR sob o nº 75.793, todos com escritório profissional na Rua

Quanto ao endereço residencial da proprietária da BC GESTÃO, sra. Juliana, é declarado no contrato social da empresa como sendo em Balneário Camboriu-SC, Edifício Barcelona.

O apartamento em questão foi anunciado a venda pela Imobiliária Carletto, em sua página no Instagram:





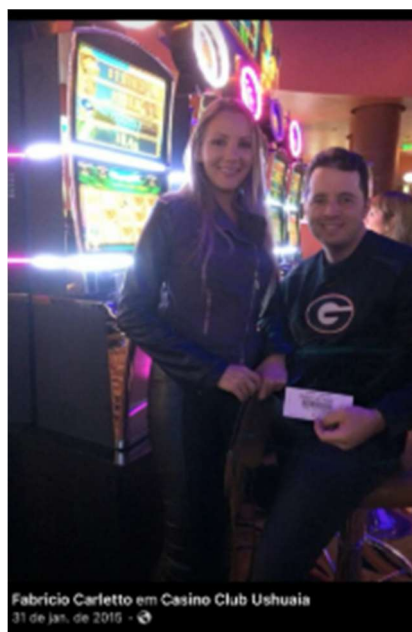
Por sua vez, o domínio da imobiliária Carletto se encontra registrado em nome do Sr. Fabrício Rogério Carletto (pai de Felipe – Sócio da Carletto).

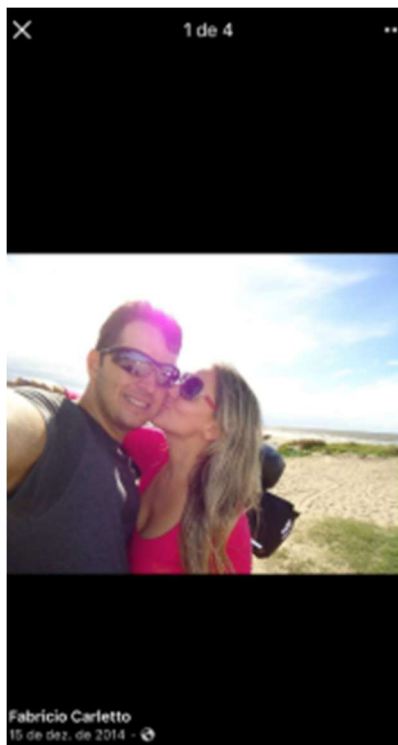
Domínio carlettoimoveis.com.br	
TITULAR	FABRÍCIO ROGERIO CARLETTTO
DOCUMENTO	005.147.719-09
PAÍS	BR
CONTATO DO TITULAR	LRR28
CONTATO TÉCNICO	LRR28
SERVIDOR DNS	a.auto.dns.br v
SERVIDOR DNS	b.auto.dns.br v

Ademais disto, há fortes indícios que Fabrício Carletto e Juliana possuem uma relação conjugal de longa data, como se pode verificar de diversos registros em redes sociais, o que é mais um indício (fortíssimo) de que ambas empresas em verdade pertencem ao sr. Fabrício, e que a empresa



BC GESTÃO foi criada com a finalidade de suprir os impedimentos de operação da empresa CARLETTO.





Com efeito, o que se pode concluir é que os indícios indicam que:

- A constituição da empresa BC teve como finalidade contornar as punições impostas à Carletto;
- As empresas pertencem ao mesmo grupo econômico, pertencentes ao Sr. Fabrício Carletto, pai de Felipe (Carletto) e companheiro de Juliana Maia (BC), utilizando-se da mesma estrutura operacional, comercial e jurídica para ambas empresas.

10. DO VÍNCULO DE UNIÃO ESTÁVEL ENTRE FABRÍCIO E JULIANA.

Fabrício Carletto e Juliana possuem uma relação conjugal de longa data, como se pode verificar de diversos registros em redes sociais.

Ambas empresas em verdade pertencem ao sr. Fabrício, de modo que a empresa BC GESTÃO foi criada e colocada em nome de Juliana como “laranja”, com a finalidade de suprir os impedimentos de operação da empresa CARLETTO.

Para além das comprovações de sua relação conjugal através das publicações em redes sociais, o Sr. Fabrício e a Sra. Juliana possuem termo de **declaração formal de UNIÃO ESTÁVEL**, o que oficializa a relação do casal publicamente, reconhecida perante o 2º Serviço de Registro Civil e 14º Tabelionato de Notas de Curitiba-PR.

11. CRIME CONTRA A ORDEM TRIBUTÁRIA – SONEGAÇÃO FISCAL

A atuação criminosa do grupo de empresas não para por aí!

A recorrente possui como endereço sede de sua empresa junto ao município de Campo Bom -RS, conforme se extrai do seu contrato social atualizado.

Ocorre que, em verdade, a empresa atua em Curitiba-PR, junto ao edifício World Business, localizado na Av. Cândido de Abreu, 776 - Centro Cívico:



Todo o seu efetivo atua em Curitiba, todas as suas atividades são realizadas em Curitiba e não em Campo Bom.

A razão de a recorrente ter uma sede “formal” em Campo Bom se dá como manobra ilegal de sonegar os impostos de ISS, que em Curitiba possui uma alíquota de 5% e em Campo Bom 2%.

Tal manobra se constitui em crime contra a ordem tributária, na medida em que se beneficia de um menor imposto em município diverso do que realmente possui sede de fato.



Este é endereço da sede da recorrente, segundo o seu contrato social:

CLAUSULA PRIMEIRA – DENOMINAÇÃO SOCIAL, SEDE E DOMICILIO: A sociedade gira sob o nome empresarial **CARLETO GESTÃO DE SERVIÇOS LTDA**, com sede e foro à Avenida Carlos Strassburger Filho, nº 5796, Sala Virtual 93, Bairro Industrial Norte, em Campo Bom – RS, CEP 93.700-000.

Trata-se de uma sala virtual, onde certamente a Sra. Juliana e sua equipe não serão encontrados.

Ora, a maior honra para um homem em seus negócios é a sua reputação positiva no mercado, é poder estampar o seu nome a frente de seus empreendimentos e ter orgulho disto! Um homem que não se mostra publicamente e formalmente em suas empresas, mas se oculta através de laranjas familiares, como filho e esposa, dirigindo seus negócios à sombra de terceiros e à margem da legalidade, não merece respeito ou credibilidade.

Com efeito, o que se pode concluir é que:

- A constituição da empresa BC teve como finalidade contornar as punições impostas à Carletto;
- As empresas BC, CARLETO e BRASIL PREDIAL pertencem ao mesmo grupo econômico, pertencentes ao Sr. Fabrício Carletto, pai de Felipe (Carletto) e companheiro de Juliana Maia (BC).
- As empresas utilizam-se da mesma estrutura operacional, comercial e jurídica na cidade de CURITIBA-PR, embora os endereços de suas sedes sejam em outras localidades em seus contratos sociais.

12. NOTÍCIAS VEICULADAS NA MÍDIA.

Colacionamos aqui uma pequeníssima amostra de publicações veiculadas na mídia acerca da empresa recorrente e seu proprietário oculto, Sr. Fabrício:

Pessoa física

Fabricio Rogerio Carletto



Processos
39



Envolvido mais frequente
[Paulo Hossamu Marukawa](#)



Polo ativo Outros Polo passivo

 12%  43%  43%

De acordo com os dados indexados pelo Escavador, o nome Fabricio Rogerio Carletto aparece em 39 processos. Com 37 desses processos no Estado do Paraná, além de 2 processos no Estado de Santa Catarina. Desses processos, [Paulo Hossamu Marukawa](#) foi a parte que mais apareceu, totalizando 20 processos, seguida por [Triton Industria e Comercio de Doces e Cia Ltda](#) com 17 processos.

Justiça

Justiça suspende contrato de R\$ 11 milhões da Prefeitura de Imbaú com empresa de frota

por Marc Sousa

🔔 18/09/2024 12:23

 Compartilhar

A Justiça do Paraná suspendeu o contrato no valor de R\$ 11 milhões feito pela Prefeitura de Imbaú, nos Campos Gerais do Paraná, com uma empresa de gestão de frota. A [coluna adiantou que o Ministério Público do Paraná entrou com uma ação de improbidade administrativa](#) contra a prefeita Dayane Sovinski Rodrigues.

As mais lidas



Ca:
Idc
esi
de:



O promotor Leandro Suriani Masão Gobi entendeu que Dayane contratou uma empresa para a gestão das frotas municipais pelo valor de R\$ 11 milhões, causando prejuízo aos cofres do município.

Além disso, Gobi acusa a empresa contratada de praticar "atos lesivos ao Município de Imbaú, atentando-se contra o patrimônio público municipal e contra os princípios da Administração Pública, incidindo, portanto, na hipótese de corrupção".

Fonte: <https://ric.com.br/cotidiano/justica/justica-suspende-contrato-de-r-11-milhoes-da-prefeitura-de-imbau-com-empresa-de-frota/>



HOME | IMPACTO DIÁRIO | IMPACTO SEMANAL | PUBLICAÇÕES LEGAIS | TV IMPACTO | ENQUETES | CONTATO

JANEIRO 17, 2024 , 6:31 PM

GERENCIAMENTO DE FROTA DA CELEPAR :CARLETTO, META OU PRIME? SE FIZER DNA O PAI É O LUIZ ABI ?

O apucaranaense Fabrício Carletto, proprietário e um dos sócios de Felipe Gloor Carletto da empresa CARLETTO **GESTÃO DE FROTAS** e hoje é uma figura central de uma polêmica que começa a colocar fogo no parquinho da Praça da Salete no Centro Cívico neste início de ano. Para quem teve a vida doce na Jandemel socando paçoquinha no povão bem ao lado da República de Cambé instalada no norte do Paraná. O mel começou a azedar depois que o nome do

CONTINUAÇÃO >>

RELATO DO CONSELHEIRO MAURÍCIO REQUIÃO: Examinando os argumentos da representante e os esclarecimentos, entendo a necessidade de suspender, por dever de cautela, a Licitação Eletrônica nº 12/2023, eis que há relevante dúvida quanto à regularidade do exame da vantajosidade da contratação e da aglutinação do objeto. Afinal, a representada (peça 16) declarou que: As empresas consultadas para a formação do mapa de preços que embasou o valor estimado de contratação são empresas que revendem soluções de tecnologia e sistemas de gestão de frotas e não empresas que prestam o serviço de gestão de frotas na forma de credenciadoras de redes de abastecimento e de manutenção automotiva ou que fornecem serviço de rastreamento básico ou que aluguem ou revendem veículos. A declaração não esclarece a dúvida a respeito da existência ou não de vantajosidade dessa modalidade de contratação. Afinal, a representante afirma que a solução descrita pela representada na licitação estaria disponível de modo gratuito na internet. Além disso, diz a representada que: Em pesquisa de mercado realizada pela Celepar foi verificado que nenhuma empresa sozinha consegue entregar uma solução que faça a gestão da condução do veículo, a gestão de abastecimento e a manutenção automotiva com apoio da telemetria e por isso a Celepar, para que sua necessidade seja atendida, uma vez que os sistemas isolados e de diferentes fornecedores não atendem à sua necessidade, permitiu a participação de fornecedores em consórcio, para permitir a entrega da solução de sistema na forma de serviço, com contratação de desenvolvimento de software. A declaração reforça a dúvida a respeito da inadequação da aglutinação do objeto, uma vez que é possível inferir que apenas por meio de consórcio uma empresa seria capaz de fornecer o objeto da

contratação. Soma-se a esses aspectos que a representada declarou ter trazido aos autos a "cópia do processo de contratação (sob sigilo em anexo)", entretanto, a peça não foi juntada pela parte. A análise da cópia do processo de contratação possibilitaria afastar dúvidas importantes que hoje corroboram a probabilidade do direito da parte representante. Contudo, omissa a obrigação de exibir os documentos, esta Corte de Contas tem, por dever de cautela, e aparente a existência de irregularidades, a competência de determinar a suspensão dos atos. Soma-se a essa circunstância que a contratação em tela teria o valor de orçamento global, segundo a representante, em R\$ 134.951.872,30.

CONSULTANDO O PORTAL DE LICITAÇÕES DO BANCO DO BRASIL, CONSTATEI QUE A DISPUTA FOI CONCLUÍDA COM O VALOR DE R\$ 95.600.000,00. (MAURÍCIO REQUIÃO)

Assim, diante da probabilidade do direito, refletida no elevado impacto financeiro da licitação, com risco de lesão ao erário, se constatada a indevida aglutinação do objeto e a inexistência de adequado exame de vantajosidade, e o perigo da demora, considerando que a iminente prática de atos de homologação, contratação e execução do objeto, defiro a medida cautelar. III - Diante do exposto, RECEBO a presente Representação e DEFIRO a liminar para determinar a suspensão da continuidade da Licitação Eletrônica nº 12/2023 e da execução do eventual contrato assinado dela decorrente. IV - Encaminhem-se os autos à Diretoria de Protocolo, para atribuir sigilo ao presente processo, considerando a informação trazida pela representada quanto à necessidade de juntar documento sigiloso. Ainda, solicita-se à Diretoria de Protocolo que promova a expedição, pelos meios de comunicações disponíveis (telefone, aplicativo de mensagens, fax, etc.), em razão da urgência, de INTIMAÇÃO à COMPANHIA DE

TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO DO PARANÁ – CELEPAR, na pessoa de seu representante legal, para que promova a imediata suspensão dos procedimentos que envolvam a Licitação Eletrônica nº 12/2023, até que esta Corte delibere sobre o mérito desta representação.

O QUE A CARLETTO FEZ?



Fabrício Carletto

Depois de recorrer embasada com toda essa documentação enviada o Tribunal de Contas que corre em processo sigiloso não continuou com o processo abrindo mão de um pregão eletrônico de valor astronômico. Por que será que desistiu? Parou por quê? Por que parou?

Cabe de agora em diante o Ministério Público e o próprio governo do estado que prega por tanta transparência nos governos nos últimos 4 anos de mandato ir a fundo nessa investigação, porque as denúncias levantadas pela empresa que venceu o certame sem condições nenhuma de fornecer a manutenção é algo devidamente nebuloso para os paranaenses. IMPACTO PR. abriu espaço para manifestação da empresa e continua da mesma forma dos interessados a se manifestar, quanto à contratação iremos buscar no site da CELEPAR de agora em diante.



Fonte: <https://impactopr.com.br/gerenciamento-de-frota-da-celepar-carletto-meta-ou-prime-se-fizer-dna-o-pai-e-o-luiz-abi/>

<https://www.instagram.com/impactoparana/p/C2QSE4pRko/>

Sanções Vigentes contra a Carletto:

	CEIS	08.469.404/0001-30	CARLETTO GESTAO DE SERVICOS LTDA	RS	Tribunal Regional Eleitoral do Espírito Santo (TRE-ES)
	CEIS	08.469.404/0001-30	CARLETTO GESTAO DE SERVICOS LTDA	RS	Prefeitura Municipal de Guariba - SP
	CEIS	08.469.404/0001-30	CARLETTO GESTAO DE SERVICOS LTDA	RS	JUSTICA ELEITORAL

Fonte:

<https://portaldatransparencia.gov.br/sancoes/consulta?ordenarPor=nomeSancionado&direcao=asc>

12. Processos criminais em investigação pelo Ministério Público / autoridades policiais / Gaeco, no Estado do Paraná (Wenceslau Braz e Medianeira/PR – Inquérito Policial / Crimes da Lei de Licitações (Notícia Crime):

Processo 0003830-40.2025.8.16.0013 - (12 dia(s) em tramitação)

Classe Processual: 279 - Inquérito Policial
Assunto Principal: 3642 - Crimes da Lei de licitações
Nível de Sigilo: Público
Processo Principal: 0020389-43.2023.8.16.0013 (Origem do desmembramento)

Pedido Incidental Acesso à íntegra dos autos Petição Eletrônica Navegar Exportar Processo Voltar

Informações Gerais Informações Adicionais Partes e Outros Movimentações Apensamentos (0) Vínculos (0)

Realces
Realçar Movimentos de: ☐ Magistrado ☐ Servidor ☐ Advogado ☐ Ministério Público ☐ Defensor ☐ Procurador ☐ Outros ☐ Audiência
Ocultar Movimentos: ☐ Inválidos ☐ Sem Arquivo ☐ Hab. Provisória

Filtros
Movimentado Por: ☐ Advogado ☐ Defensor Público ☐ Entidades Remessa ☐ Magistrado ☐ Procurador ☐ Servidor
Sequencial(Intervalo): ao Data do Movimento(Período): à
Descrição: Filtrar

6 registro(s) encontrado(s), exibindo de 1 até 6

Seq.	Data	Evento	Movimentado Por
6	17/03/2025 13:29:21	AUTOS ENTREGUES EM CARGA PARA MINISTÉRIO PÚBLICO Promotoria de Justiça de Wenceslau Braz - MANIFESTAÇÃO com prazo de 30 dias corridos. Urgente: Não.	Josiere Nunes Calixto Técnica Judiciária

Processo 0020389-43.2023.8.16.0013 - (590 dia(s) em tramitação)

Responsável: Autoridade Policial/Ministério Público
Classe Processual: 279 - Inquérito Policial
Assunto Principal: 3642 - Crimes da Lei de licitações
Nível de Sigilo: Público
Processos Dependentes: Há 2 processos dependentes por distribuição relacionados com este processo.
Vínculos: Processo: 0020389-43.2023.8.16.0013 - Inquérito Policial
Inquérito Policial: 2141272023 - Cadastro realizado automaticamente via integração (Processo Eletrônico da Polícia Civil)

Pedido Incidental Acesso à íntegra dos autos Petição Eletrônica Navegar Exportar Processo

Informações Gerais Informações Adicionais Partes e Outros Movimentações Apensamentos (0) Vínculos (1)

Realces
Realçar Movimentos de: ☐ Magistrado ☐ Servidor ☐ Advogado ☐ Ministério Público ☐ Defensor ☐ Procurador ☐ Outros ☐ Audiência
Ocultar Movimentos: ☐ Inválidos ☐ Sem Arquivo ☐ Hab. Provisória

Filtros
Movimentado Por: ☐ Advogado ☐ Defensor Público ☐ Entidades Remessa ☐ Magistrado ☐ Procurador ☐ Servidor
Sequencial(Intervalo): ao Data do Movimento(Período): à
Descrição: Filtrar

75 registro(s) encontrado(s), exibindo de 1 até 75

Seq.	Data	Evento	Movimentado Por
75	17/03/2025 13:43:56	INICIADA A TRAMITAÇÃO DIRETA ENTRE MP E AUTORIDADE POLICIAL	SISTEMA PROJUDI



Diante do exposto, fica claro que a recorrente não é exatamente uma empresa modelo de atuação, sua reputação e de seus envolvidos está longe de ser impoluta, o que demonstra a sua descredibilidade junto ao mercado de contratações públicas.

3. PEDIDOS

Diante de todo o exposto, pugna-se pelo recebimento e processamento das presentes Contrarrazões, dada sua tempestividade e regularidade.

No mérito, requer-se:

O desprovisionamento do Recurso Administrativo interposto, com a manutenção da decisão de habilitação e classificação da empresa JAMSE GESTÃO E TECNOLOGIA LTDA como vencedora do certame.

Nestes termos,
Pede deferimento.

Curitiba, 25 de julho de 2025.

JAMSE GESTAO E TECNOLOGIA LTDA
Paulo Afonso Janz
Sócio Administrador
CPF 836.139.949-68 | RG 3659360-1 SESP PR